

Economia - Brasil

Casa Civil

15 JUN 1983

admite a

GAZETA MERCANTIL

desindexação

por Walter Marques
de Brasília

A desindexação da economia é um imperativo ditado pela crise econômica, em especial pelos crescentes índices da inflação e pelo elevado custo do dinheiro. Há, no entanto, uma outra necessidade inarredável da realidade nacional enunciada pela máxima de que "as decisões econômicas devem estar politicamente orientadas". Em decorrência, a desindexação deve ser global e não pode atingir apenas os salários. A distribuição dos sacrifícios deve ser equitativa.

Esta formulação geral norteia o pensamento do ministro João Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Em seu debate com o ministro Delfim Netto, do Planejamento, quando da redação do primeiro capítulo do pacote econômico do governo, prevaleceu a sabedoria bebida em antigas leituras, das quais, entre muitos ensinamentos, o coordenador político do governo reteve criticamente a frase "dá-me uma boa economia e eu te darei uma boa política".

Mas, a seu ver, a recíproca também é verdadeira e, portanto, a técnica precisa caminhar junto com a política. Abandonada essa diretriz, cai-se inevitavelmente no equívoco de tomar a parte pelo todo, o que equivale a uma visão unidimensional da realidade social. Isto já não corresponde ao estágio de desenvolvimento do mundo moderno e aos parâmetros da abertura política.

Articulam-se, assim, dois complexos de problemas, os da economia e os da Política, com "P" maiúsculo.

Esta é, na verdade, a orientação que prevalece hoje no governo no exame da desindexação. O ministro Leitão de Abreu está plenamente consciente de que o governo, para evitar novas emissões de moeda, lança no mercado financeiro Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), pagando juros e correção monetária. Cresce, assim, o déficit público e induz-se à elevação do custo do dinheiro.

No resgate dos títulos, o governo não tem outra saída senão emitir, o que torna as finanças públicas ainda mais vulneráveis, além de pressionar os preços. Alguma coisa tem de ser feita. Mas, para Leitão de Abreu, é preciso que as medidas produzam resultados a curto prazo e que sejam eficazes, para que a credibilidade do governo não se deteriore. Esta é, a seu ver, a questão central com que o governo se defronta, estudando, técnica

(Continua na página 5)

RCANTIL

AJUSTE

Economia Brasil

Casa Civil admite a...

por Walter Marques
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

e politicamente, a melhor solução para desindexar a economia.

A confirmação oficial de que o governo prepara uma desindexação parcial ou o expurgo dos índices que balizam a atividade econômica veio, ontem, pela fala do porta-voz da Presidência da República, ministro Carlos Atila. Ele afirmou que "o presidente João Figueiredo autorizou o estudo do expurgo dos índices". Ressaltou que ainda não há uma decisão, mas assegurou que a medida "não

será restrita ao INPC". Disse ainda que Figueiredo está ouvindo lideranças empresariais e políticas e acompanha as opiniões veiculadas pela imprensa. "O governo trabalha com cautela" e seu objetivo é, conforme o porta-voz, evitar a transferência de reajustes de preços para os índices econômicos, "com equilíbrio, para não penalizar os assalariados".

No Gabinete Civil da Presidência da República, o ministro Leitão de Abreu, confia na eficácia da visão abrangente que a corresponsabilidade nas decisões exige de sua consciência. A rapidez dos meios de

comunicação é, a seu ver, um dos elementos que devem ser levados na devida conta por quem exerça a arte de governar. Na guerra do Vietnã, lembra o ministro, as notícias não chegavam aos lares norteamericanos esmaecidas como acontecia ao tempo das guerras coloniais, em que os meios de comunicação ainda eram lerdos. As cenas de combate e seus trágicos resultados podiam ser acompanhados ao vivo. Para muitos a guerra tinha o nome de um filho, um irmão, um amigo, e isto mudou o sentido do conflito.

Da mesma forma, para Leitão de Abreu, as graves

dificuldades econômicas hoje enfrentadas pelo Brasil já não são mais ecos distantes de uma realidade de difícil acesso. Ao contrário, constituem temas habituais de debates de amplitude nacional. O déficit público, a taxa cambial ou a inflação não mais se apresentam como temas reservados à racionalidade dos técnicos e economistas. Para o ministro, hoje, qualquer pessoa é versada em inflação ou taxa de câmbio, porque as notícias sobre esses assuntos chegam rapidamente ao público e afetam a vida de todos. E isto ganha densidade política, quando se constata, como o faz o ministro, que o governo, embora não seja responsável por muito do que acontece no País, termina sendo responsabilizado.

Além de uma solução política para as dificuldades econômicas, o coordenador político do governo inclui ainda entre os seus objetivos prioritários uma outra diretriz essencial na atual conjuntura econômica e política nacional: a afirmação da autoridade do presidente João Figueiredo na condução do processo sucessório. Para Leitão de Abreu, esta autoridade está escrita na história política brasileira. E, para quem duvide disso, ele lembra a tradição dos antigos romanos que reconheciam em seu Direito a presença efetiva de uma "autoritas". "Não estava escrita na lei: mas existia".